

EJA NO CAMPO. LIMITAÇÕES E CONQUISTAS

Fábio Bortolotti¹
Prof.^a. Ana Christina Duarte Pires²

RESUMO

Nesse trabalho foi realizada uma abordagem da Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade de ensino ofertada às populações do campo através das Ações Pedagógicas Descentralizadas. Conhecer a realidade do funcionamento e organização dessas APEDS, os profissionais que atuaram nessas comunidades e na escola que as organizam e acompanham, trouxe à tona uma realidade ainda desconhecida para este educando, de como ainda existem regiões interioranas dispostas a manter suas escolas em funcionamento. Apesar da implementação de ações que procuram trazer para os centros urbanos os alunos do campo, da evolução do agronegócio e dos meios de produção, mesmo frente toda essa modernidade as pessoas ainda buscam na escola pública a resposta para a transformação de sua realidade, principalmente aqueles que não dispõem de outros meios para isso, e essa mudança virá através do conhecimento, o que pressupõe a manutenção dos espaços educativos no campo totalmente viáveis.

Palavras-chave: Adultos, APEDS, Comunidades Rurais, Educação, Escola.

1 Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EAD, Universidade Federal do Paraná, Polo UAB de Jacarezinho, fbou@ig.com.br.

2 Orientadora, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

Como iniciante na carreira em uma escola pública, mas já com experiência na função de Pedagogo em um centro de socioeducação, através da prática profissional desenvolvida no cotidiano da instituição de ensino, pode-se entrar em contato com a EJA – Educação de Jovens e Adultos.

A escola objeto desta pesquisa, além de oferecer escolarização no período noturno na modalidade EJA, mantém sob sua responsabilidade a manutenção de algumas APEDS (Ações Pedagógicas Descentralizadas) na cidade (zona urbana) e em algumas comunidades rurais, além de uma indígena em outro município da região. Todo esse ambiente chamou a atenção para algumas questões, como por exemplo: por quê os alunos do campo não se deslocavam até a cidade, como faziam os do período da manhã? E ainda existiam escolas na zona rural do município? Também despertou a curiosidade o motivo da modalidade EJA ser ofertada no ambiente rural, sendo que na escola sede existe a modalidade EJA no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Assim, como cidadão oriundo da zona rural e morador da cidade desde a adolescência, este educando se acostumou a ouvir que muitas das escolas rurais estavam sendo desativadas, por diversos motivos, como a existência dessas escolas estaria condicionada à um número de alunos, ou em algumas regiões a população rural estaria diminuindo, logo, não haveria mais necessidade de manutenção desses espaços; também a possível facilidade em se transportar os alunos para a cidade influenciou este movimento. Cabe destacar que esse processo vem acontecendo aos poucos, variando de região, município, etc.

Mas, de volta ao local de trabalho e pesquisa, no decorrer dos meses, observou-se a importância que os alunos das comunidades rurais atribuem às APEDS e, em contato com os(as) professores(as), essa característica desse grupo foi confirmada.

Dessa forma, faltava a resposta para as outras perguntas: como e aonde essas escolas estavam funcionando, quais as condições, o motivo da não vinda desses alunos para a cidade, etc.

Com base nessas questões e aos conteúdos trabalhados durante o curso, procurou-se delimitar os objetivos abaixo para satisfazer as indagações presentes:

- conhecer o processo de implantação e funcionamento das APEDS que ofertam a modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, vinculadas ao Colégio estadual Maria Dalila Pinto, no município de Santo Antonio da Platina;

- quais são os alunos que frequentam;
- como a escola responsável consegue ofertar a modalidade, quais problemas enfrenta e como os soluciona;
- como os profissionais que lá atuam desenvolvem seu trabalho.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O início de tudo foi pesquisar, no ambiente de trabalho, como se dava o funcionamento das APEDS no campo. Então, resolveu-se duas questões ao mesmo tempo, conforme acontecia a interação no ambiente de trabalho, as informações para os estudos dessa especialização foram sendo colhidas.

Então, a experiência se deu no desenvolvimento de uma pesquisa, onde buscou-se satisfazer aos objetivos descritos anteriormente, ou seja, verificar como são executadas as Ações Pedagógicas Descentralizadas, possíveis dificuldades/soluções e como os profissionais que lá atuam analisam o seu funcionamento.

Para que se compreenda como tudo acontece, como se dá a implantação de uma APED, temos que voltar o olhar para a zona rural, começando com a necessidade de uma comunidade/bairro de determinada localidade, distante do município. Geralmente locais onde ainda existem escolas municipais, que estão em uso ou foram desativadas recentemente, onde as instalações reúnem as condições para a reativação.

Inicialmente, alguns moradores daquela localidade entram em contato com a escola sede, em grupo ou através de um representante; ou através de um(a) professor(a) que conhece aquela região e traz as informações. Essa etapa demonstra que quando uma necessidade se torna presente, os sujeitos, ao observarem uma oportunidade de resolução, conseguem buscar as alternativas necessárias para suas demandas, mobilizando-se.

A escola responsável precisa verificar a viabilidade da implantação e, após essa verificação, procura elaborar um cronograma de oferta de disciplinas, onde, seguindo a matriz curricular da EJA, são determinados períodos onde as disciplinas terão início e fim. Ao término de uma disciplina, se inicia outra, e assim sucessivamente até a conclusão, por exemplo, do Ensino Fundamental por parte daqueles educandos. Esse processo também permite que se verifique a possibilidade da continuidade da oferta, em sequência, do Ensino Médio.

Mas para que essas turmas funcionem, é necessário um local adequado, e, no caso pesquisado, são utilizadas escolas municipais rurais, algumas desativadas, mas que estão em plenas condições de receber alunos.

Após todo um processo, a Secretaria de Educação autoriza o funcionamento, aí cabe à escola responsável providenciar através dos meios oficiais professor para a disciplina, verificar se a escola que será utilizada precisa de materiais, etc.

Também é comunicado aos alunos daquela comunidade para o início das aulas.

Toda a pesquisa de deu no Colégio Estadual Maria Dalila Pinto, em Santo Antonio da Platina, levantando informações sobre suas respectivas APEDS:

- APED da comunidade rural “Bairro dos Glórias”;
- APED da comunidade rural “Conselheiro Zacarias” e
- APED da comunidade rural “Monte Real”.

A pesquisa iniciou em agosto de 2010 e poderá ser objeto de um trabalho futuro, pois algumas APEDS ainda não encerraram, e outras estão em processo de criação.

Então, procurou-se envolver os profissionais que atuam exclusivamente na modalidade EJA na escola sede e professores(as) que atuam (e atuaram) nas comunidades rurais acima descritas.

Essa fase foi sendo realizada conforme as atividades de Pedagogo iam sendo exercidas. Como já descrito anteriormente, o levantamento de informações pôde ser realizado à medida em que o ano letivo transcorria. Essas atividades se concentraram inicialmente na análise de alguns documentos da escola, como Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular, também os diversos procedimentos para aprovação de uma APED.

Apesar de não existir ainda um Projeto Político Pedagógico exclusivo para EJA, nos documentos existentes já se dispõe de informações suficientes, sendo essa modalidade de ensino regimentada como as outras modalidades ofertadas. Também a própria Secretaria da Educação oferece um extenso material sobre o tema e a atualização dos documentos que norteiam a atuação da escola (de todas) ocorre de maneira a satisfazer as necessidades que se apresentam no decorrer dos acontecimentos.

Assim, foi possível verificar que a Educação de Jovens e Adultos supre a necessidade, tanto na cidade como no campo, daqueles alunos que estão retomando seu processo de escolarização, mesmo pessoas com idade não tão avançada, mas que não se adaptariam mais em uma classe do ensino regular, o que confirma-se oficialmente no caráter que é dispensado à tal modalidade de ensino pela LDB:

A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. (LDB, Seção V, Art, 37)

Mais especificamente para os alunos do campo, que podem buscar nessa modalidade o conhecimento para superação das dificuldades presentes em seu cotidiano, tudo através do retorno gradual aos bancos escolares, sendo atendidos de maneira responsável por educadores que tenham a consciência de que:

Isso significa que a sala de aula da EJA tem a responsabilidade de ser marcada pelas atividades que envolvem o pensamento, em detrimento das que apontam a mera memorização do que se pretende ensinar. (MEC, O Processo de Aprendizagem dos Alunos e Professores, 2006, p. 29).

A apropriação do conhecimento aliado ao aprimoramento das habilidades já existentes viriam a favorecer e/ou melhorar a participação desses indivíduos em sociedade, permitindo que se localizem nela e se posicionem como sujeitos. Pode-se considerar que

O conhecimento é um dos produtos da ação humana sendo decorrência da vocação dos seres humanos de relacionarem-se com o mundo de forma ativa e transformadora. Nesta relação, os homens e mulheres encontram dificuldades, estímulos e recursos necessários que os levam a agir intervindo no mundo. (MEC, O Processo de Aprendizagem dos Alunos e Professores, 2006, p. 32).

Nesse contexto, entende-se que os alunos do campo, especificamente das APEDS, em busca do conhecimento necessário para tal superação, podem aprimorar todo rol de conhecimentos que já possuem, conquistando condições melhores para sobrevivência, sempre crescendo e se aperfeiçoando, trazendo para a sala de aula toda sua experiência, mesmo porquê ao adentrar nesse universo rural, precisamos compreender que

São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo. (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Governo do Estado do Paraná, 2006, p. 27).

Por isso, ao se iniciar uma ação através de um planejamento, seja através do plano de trabalho docente ou de alterações no projeto político pedagógico de uma escola que trabalha com APEDS do campo, estes devem estar em consonância com a realidade

desses educandos; pessoas tão próximas dos alunos da cidade mas tão distantes em seu ser e fazer; pois assim se estará respeitando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que determina, dentre outras medidas:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. (LDB, 1996).

É possível que esse processo de adaptação supra citado, encontre respaldo para sua realização quando se conhece a maneira de organização de uma comunidade rural, como as pessoas ali vivem e o que buscam, sendo um sinal de valorização daquele povo o funcionamento da escola de forma descentralizada em determinada localidade. Sabe-se que os alunos, há tempos e em algumas regiões país afora, não mais freqüentam as escolas em bairros rurais (com as devidas exceções); ao invés disso, os municípios lançaram mão do transporte escolar, recolhendo as crianças na zona rural e levando-as até a cidade.

Esse modelo já implantado, que “esvaziou” algumas escolas da zona rural, obriga crianças e jovens a percorrer todos os dias longas distâncias até a cidade para estudar, sendo tido como o ideal, mas será que para esses alunos essa realmente é a melhor solução? Ora, se um aluno necessita estar em uma escola no período vespertino, a que horas então a sua jornada se iniciaria?

E os adultos? Também teriam que, após uma longa jornada de trabalho, se deslocar para a cidade mais próxima e assim poder freqüentar uma escola? Para aqueles que não conhecem a realidade desse universo rural, podem concluir que essa questão é totalmente irrelevante, acabando por reduzi-la e negar o debate sobre o assunto. E se o debate não for estabelecido, já se teria instalada uma situação de opressão e/ou negação do direito de um povo, uma classe, localidade, etc.

Somente quem já esteve presente e participou de uma jornada de trabalho em uma propriedade rural reconhece que o assunto não é desprezível de análise; aliás, resgatando o tema “garantia de direitos”, para que o referido direito de acesso à educação pelas classes trabalhadoras, sendo na cidade ou no campo seja respeitado, o dever do estado não pode deixar de ser lembrado, onde na LDB encontramos:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características

e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (LDB, Título III, Art. 4º, VII)

Considerando pelo lado da Educação de Jovens e Adultos e o modelo de funcionamento das APEDS no campo, observa-se que a fomentação desse modelo pode criar condições para que os alunos possam permanecer estudando em suas localidades, seja em relação ao Ensino Fundamental ou Ensino Médio, de dia ou de noite, o que importa é que não se pode deixar de lado a concepção em relação à localização de escolas no campo,

A escola vai além de um local de produção e socialização do conhecimento, sendo espaço de convívio social, onde acontecem reuniões, festas, celebrações religiosas, atividades comunitárias como bazar, vacinação, etc., que vivificam as relações sociais na comunidade, potencializam-lhe a permanente construção de uma identidade cultural e, em especial, a elaboração de novos conhecimentos. (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Governo do Estado do Paraná, 2006, p. 34).

Mas, caso uma fixação dos educandos do campo em suas localidades fosse implantada em larga escala, estaríamos atendendo à demanda das pessoas, mas o estado iria favorecer esse tipo de ação?

Justifica-se aqui a conclusão com base em pesquisa realizada com os(as) professores(as) das APEDS, onde o acesso àquela região é um fator negativo devido ao pouco investimento nas vias de transporte, mas em relação ao desenvolvimento do trabalho, todos concordam que a experiência de se trabalhar no campo é única. Então, pode-se concluir que é muito mais fácil e produtivo (para o educando), que seja realizado o deslocamento de uma pessoa para determinada localidade no campo do que trazer todos os alunos para a cidade.

A pesquisa com os profissionais de educação que atuam nas APEDS no campo procurou levantar quais as dificuldades encontradas para realização do trabalho e possíveis soluções. Todos concordam que as pequenas escolas da região onde se atua necessitam de uma “revitalização”.

O acesso à essas regiões também. Investimentos em estradas rurais viriam a minimizar as dificuldades de transporte que esses professores enfrentam ao se deslocar, pois em épocas de ano em que o regime de chuvas é intenso, as dificuldades se acentuam, inclusive dificultando o transporte de alunos para a cidade.

Em relação aos alunos, a satisfação em trabalhar naquele ambiente demonstrou que a manutenção das escolas no campo é viável, pois o(a) professor(a) consegue desenvolver melhor o seu trabalho, seu planejamento, com alunos que estejam satisfeitos em seu local de estudo, e se estamos falando em satisfação, os ganhos obtidos para todos que participam desse processo serão positivos.

3 CONSIDERAÇÕES

Toda pesquisa desenvolvida, inclusive os estudos durante a especialização trouxeram uma quantidade de informações muito grande. A discussão do assunto que aqui foi abordado é passível de uma retomada em trabalhos futuros, o que se espera é que tenha sido atingido como resultado o esclarecimento de algumas dúvidas sobre este tema.

Também se consolida a idéia de que um profissional não se faz somente na universidade, mas durante toda sua vida docente, o crescimento pessoal se torna uma constante paralelo ao desenvolvimento da prática profissional.

Ao olharmos para a Educação de Jovens e Adultos no Campo podemos perceber o quanto ainda podemos avançar, começando pela garantia de direitos campo-cidade, trabalhando com os mesmos objetivos em prol de uma educação de qualidade para todos, pois não teriam esses indivíduos do campo, também direito em exercer sua cidadania? E essa conquista é possível, inclusive através de uma sólida formação, de qualidade, conforme Moran traz à discussão:

Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Fala-se muito de ensino de qualidade. Muitas escolas e universidades são colocadas no pedestal, como modelos de qualidade. Na verdade, em geral, não temos ensino de qualidade. Temos alguns cursos, faculdades, universidades com áreas de relativa excelência. Mas o conjunto das instituições de ensino está muito distante do conceito de qualidade. (2006, p.12)

Em um país que observou no século passado um grande êxodo populacional do campo, sendo este educando também parte deste contingente de pessoas; em um país que elegeu o agronegócio uma das forças que impulsionam a economia, observa-se que a modernidade não chegou na sua plenitude para todos que resolveram permanecer na zona rural e que procuram ser protagonistas das mudanças necessárias.

É notório que o modelo econômico implantado, que exige cada vez mais altos índices de produtividade dos produtores rurais, competitividade e investimentos, exclui automaticamente, ou com o passar dos anos, aqueles que não estão conseguindo se adequar às regras do mercado.

A sobrevivência no homem no campo depende de diversos fatores (econômicos, climáticos), e se o modelo vigente na zona urbana se enraizar definitivamente no campo as pequenas comunidades talvez estariam fatalmente destinadas à extinção; o modo de vida urbano, uma outra cultura e valores sendo disseminado pelo campo também atuam no êxodo campo – cidade, atrativo para pessoas que se iludem com a idéia de que na cidade todos seus problemas estarão resolvidos, mas desconhecem a realidade.

Essa afirmação poderia até parecer um tanto “catastrófica”, mas basta verificar o crescimento demográfico de algumas cidades e suas conseqüências para a grande maioria da população:

Nas cidades, as favelas e as moradias precárias são ampliadas, juntamente com o desemprego e com outras formas de violência, como a empreendida pelo narcotráfico. Pacotes sociais são viabilizados para “acalmar” os ânimos da população, que carece de tudo o que é elemento básico para a sobrevivência (comida, saúde, educação, roupa, moradia, trabalho). (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Governo do Estado do Paraná, 2006, p. 34).

Uma questão como essa poderia ser trazida à luz da discussão, mas esse movimento, esse êxodo parece estar alicerçado sob um sistema econômico que age com uma sutileza impressionante, sendo muito difícil de identificar seus meios de atuação e, como sempre, as populações mais prejudicadas estão excluídas das benesses desse modelo neoliberal que lhes oferece somente um lado, o negativo:

Como conseqüência das contradições desse modelo de desenvolvimento, está, por um lado, a crise do emprego e a migração campo-cidade e, por outro, a reação da população do campo que, diante do processo de exclusão, organiza-se e luta por políticas públicas, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural que também inclui iniciativas no setor da educação. (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Governo do Estado do Paraná, 2006, p. 34).

Atualmente, os meios de comunicação veiculam através de diversas maneiras,

análises, opiniões, comentários, pronunciamentos oficiais sobre políticas voltadas para o meio rural. A chamada manutenção do homem no campo, sua permanência que seria favorecida através de programas e/ou projetos chega aos que estão nas cidades de uma maneira muitas vezes distorcida, traz uma falsa idéia de um universo rural sem problemas; um dos exemplos é o entendimento de que basta a distribuição de lotes em regiões distantes e a demanda daquelas pessoas por sobrevivência e um futuro digno está resolvida, se esquecendo da alta taxa de concentração de terras, fato histórico no Brasil que parece não diminuir com o passar dos anos:

Atualmente, diante de uma concentração de terras sem par na história humana, onde os estabelecimentos acima de 2000 há dominam 34% da área agrícola do país representando apenas 0,45% do total dos estabelecimentos, absorvendo tão somente 2,5% de todos os empregos e ocupações no campo. (IBGE)

Enquanto grandes proprietários conseguem recursos para investimentos, os pequenos precisam contar com a sorte para não desistirem de seu espaço no campo, como exemplo basta voltarmos nossa atenção para as disputas pela terra país afora e as condições de vida em algumas regiões rurais:

No Brasil, imensas áreas de terra encontram-se nas mãos do grande capital, grandes fazendas produzem para exportação. O grande capital e os fazendeiros são proprietários da maioria das terras agricultáveis do país, enquanto as pequenas parcelas de terra estão nas mãos de uma população que se constitui em maioria no campo – os povos do campo. (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Governo do Estado do Paraná, 2006, p. 39).

E, nesse contexto, o surgimento de alguns movimentos sociais no campo vem chamar a atenção das pessoas nas cidades, que parecem se esquecer de onde vem o alimento que consomem, também não pode-se esquecer que o agronegócio também produz para exportação, não priorizando a produção de alimentos para o mercado interno, o que pode encarecer o custo dos alimentos e, novamente, as classes menos favorecidas da população estariam sendo prejudicadas.

Entende-se que a ação desses movimentos sociais em prol do fortalecimento da educação do campo é peça essencial na busca pelos direitos a serem conquistados, sendo prioritariamente a divisão do latifúndio improdutivo em benefício daqueles que

buscam sua fixação no campo.

Por isso que, ao analisar o funcionamento das APEDS na zona rural, constata-se que o direito à escolha, à participação na tomada de uma decisão que pode alterar determinado modo de vida nem sempre é compartilhado com toda essa população. Para os moradores do campo, a chance de decidir se provavelmente procurarão manter-se estudando em suas localidades ou se vão se deslocar até o centro urbano mais próximo seria uma questão de respeito à sua autonomia.

A transformação de uma realidade virá através da oportunidade de escolha, onde o sujeito analisa, decide, e se necessário, coletivamente encontra alternativas viáveis para uma situação problema. Esse caminho pode ser favorecido por aqueles que, através da educação, executam seu trabalho com vistas à emancipação de seus alunos.

Dessa forma, o professor que opta por trabalhar nesses locais, se fizer a opção de entender aquela realidade através do conhecimento de quem são seus educandos, saberá qual caminho tomar, e em Freire (2007, p. 85) encontra-se um incentivo para essa busca (“Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não *aprendo* nem *ensino*”). Se educadores desejam que alunos do campo em suas comunidades atinjam a plenitude em suas decisões, todos que atuam na educação necessitam satisfazer sua curiosidade sobre aquela realidade, talvez somente aí será possível conseguirmos a independência necessária para auxiliá-los,

Por isso, é fundamental conhecer as expectativas dessa comunidade, suas necessidades, formas de sobrevivência, valores, costumes e manifestações culturais e artísticas. É através desse conhecimento que a escola pode atender a comunidade e auxiliá-la a ampliar seu instrumental de compreensão e transformação do mundo. (CENPEC, 1994.)

Poder instrumentalizá-los para que iniciem um processo de mudança e encontrem as respostas é uma atitude mínima e responsável que um educador possa ter, principalmente perante as populações marginalizadas que precisam encontrar o seu caminho, decidir, discutir, elaborar e reelaborar, todo esse processo leva tempo e a educação tem o papel de fornecer os instrumentos, mas permitindo que essas pessoas tomem suas decisões, nada mais satisfatório ao educador constatar que sua prática levou ao crescimento de seus alunos:

Refletir é a forma mais eficiente de produzir conhecimento porque acelera o relacionamento das idéias e conseqüentemente a descoberta de saídas para enfrentar os problemas. (MEC, O Processo de Aprendizagem dos Alunos e Professores, 2006, p. 27).

Para isso, ao sair da cidade para trabalhar em uma determinada região no campo, a necessidade da investigação da realidade surge como ponto inicial, já que por mais que as pessoas discutam, observem o que está acontecendo ao seu redor, existe uma tendência em se manter o *status quo*, ou aquele sentimento de que “sempre foi assim” ou “não vale a pena” a busca; mas se posicionar de maneira diferente é papel do educador como mostra Paulo Freire:

É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. (FREIRE, 2007, p. 77)

E, como para buscar soluções é necessário conhecer o problema, mesmo funcionando normalmente, as APEDS rurais enfrentam problemas, um deles seria o acesso dos profissionais às escolas na zona rural, mesmo assim pudemos observar que todos se esforçam para manter o cronograma das aulas; também escolas anteriormente desativadas poderiam ser novamente utilizadas, reformadas para continuar funcionando, e aqui entramos no campo do investimento nesse tipo de alternativa, que poderia suprir a necessidade de espaços no campo, não somente para a educação, mas outras atividades de mobilização social.

Se alternativas como esta são esquecidas, a população do campo e da cidade tem uma falsa idéia e acaba acreditando que seria inviável a manutenção desses locais.

Mas, mesmo com todas as dificuldades apontadas, observa-se que a escola sede, alvo da pesquisa, mantém as APEDS sob sua responsabilidade funcionando, com o propósito de continuar ofertando a Educação de Jovens e Adultos às populações do campo.

Assim, os profissionais da educação não podem ser ingênuos a ponto de considerar que somente um prédio, uma sala de aula a mais em uma localidade vai conseguir resolver os problemas que ainda padece o sistema educacional do país e a educação do campo; os profissionais desse sistema não podem serem levados a

acreditar que somente a sua atuação vai resolver tais demandas, pois

A escola não pode tudo sozinha. Tem limites claros. Ela não existe isoladamente, mas faz parte de um sistema público que tem a responsabilidade de lhe dar sustentação para que possa cumprir sua função. (CENPEC, 1994.)

O estado brasileiro, no que se refere ao cuidar do cidadão, não pode se resumir somente ao sistema educacional do país, todas as outras áreas, esferas governamentais, sociedade civil organizada, também tem sua parcela de responsabilidade e devem atuar para a correção dos problemas enfrentados pela população. Defende-se aqui uma educação de qualidade e voltada às necessidades da população a que ela atenda, mas somente isso não seria o suficiente para corrigir as distorções que existem e sofrem um processo de transformação muito lento, então, numa perspectiva mais ampla, podemos afirmar que

A superação dos problemas de nosso país não é tarefa de uma única instituição social, mas da Nação como um todo, através da definição de um projeto político, econômico e social que vise a melhoria das condições de vida da população e seu acesso aos bens socialmente produzidos, incluindo o conhecimento elaborado. (CENPEC, 1994.)

É necessário que se torne permanente a reflexão sobre a igualdade de oportunidades campo – cidade, quando afirma-se que é preciso dar a todos as mesmas condições. Se não se resolve imediatamente os problemas e distorções, através do debate e levantamento dos problemas da educação do campo essas questões poderiam ser ao menos minimizadas, já que não será também com soluções rápidas ou populistas que a solução será encontrada.

O início da mudança na diminuição das desigualdades social, política, econômica, educacional entre as pessoas, e também entre os estados e países realmente precisa em algum momento se consolidar; são aspectos que se continuarem a perpetuar-se certamente contribuirão para o comprometimento de toda uma geração, que crescerá á margem do desenvolvimento econômico e social, reproduzindo assim um modelo que serve a poucos em detrimento da exclusão da maioria.

ANEXO I

ATIVIDADE: PESQUISA

Colégio Estadual Maria Dalila Pinto - APEDS

Comunidade/bairro de atuação: _____

Disciplina: _____

Ano: 2010 () Primeiro Semestre () Segundo Semestre

- 1) - Descreva como foi a experiência de trabalhar com alunos do campo.
- 2) – Caso tenha encontrado dificuldades para desenvolver seu trabalho, descreva:
- 3) – Como você analisa a comunidade em que atuou?
- 4) – Aponte possíveis alternativas que você considere adequadas para solução de demandas que possam existir naquela comunidade:

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de, GUERRA, Miriam Darlete Seade. **ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CADERNO DIDÁTICO – MODULO II**. Ministério da Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. 2009.

BRASIL, **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos – O Processo de Aprendizagem dos Alunos e Professores**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.

CENPEC - Centro de Pesquisas para Educação e Cultura. **Raízes e Asas**. São Paulo: CENPEC, 1994.

Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2006, pág. 22-30.

UOL Educação. **Brasil tem Maiores Índices de Concentração de Terra do Mundo**. Disponível em :<http://educacao.uol.com.br/atualidades/ult1685u279.jhtm>. Acessado em 17/04/2011.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9394/96. Curitiba, PR: APP-Sindicato,1997.

MORAN, José Manuel. **Ensino e Educação de Qualidade**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/qual.htm>. Acessado em 07/03/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. 36 . ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.